

REQUERIMENTO Número / (.ª)

PERGUNTA Número / (.ª)

Expeça - se

Publique - se

O Secretário da Mesa

Assunto:

Destinatário:

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia da República

O PCP teve conhecimento, através de uma carta aberta enviada pelo Sindicato dos Estivadores e da Actividade Logística (que sabemos também ter sido dirigida aos Ministros do Ambiente e Acção Climática, da Saúde e das Infraestruturas e da Habitação) e das recentes notícias vindas a público, de que a descarga de navios carregados de sucata que teriam como destino a Siderurgia Nacional e que são normalmente descarregados no terminal portuário na Zona Industrial da Quimiparque, no Barreiro, estão a ser realizadas no terminal TMPB, localizado na parte Oriental de Lisboa, mais precisamente na zona do Poço do Bispo. Com esta alteração há que ter em conta o alerta para os impactos no ambiente e na saúde pública que daí advêm.

Independentemente da certificação dos navios sobre o material que transportam, os camiões de transporte são obrigados a passar por pórticos de detecção de radioactividade para entrarem na Siderurgia Nacional, tendo sido confirmadas várias vezes índices de radioactividade que os obrigam a ter intervenção do Campus Tecnológico e Nuclear. Acresce que as sucatas frequentemente libertam poeiras e fumos de combustão interna que se espalham a significativa distância. Se este cenário implicaria todo o controlo e cuidados, o cenário torna-se potencialmente mais perigoso quando a descarga deixa de ser efectuada num terminal integrado num complexo industrial abandonado com dezenas de hectares, e passa a sê-lo no centro de Lisboa e quando a sua deslocação até à Siderurgia Nacional passa a ser consideravelmente mais longa.

Do que se conhece, já decorreu nesta quarta-feira a descarga do navio "KINNE", proveniente da França, que cobriu a zona ribeirinha de poeiras, e que transportava Silicato de Magnésio, existindo ainda o navio "AMKE", que transporta limalha metálica desde o porto de São Petersburgo, na Rússia, que continua, até esta hora, ainda sem dar entrada no porto de Lisboa, fundeado em frente à baía de Cascais.

É importante lembrar que esta situação se deve ao panorama que temos hoje no Porto de Lisboa, para a qual o Governo continua a demonstrar a sua conivência: o facto de as empresas de estiva de Lisboa, e em especial o grupo económico Yilport, terem conduzido à insolvência a Associação - Empresa de Trabalho Portuário de Lisboa, na qual se encontravam a maioria dos estivadores que trabalhavam na ATLANPORT, concessionária do terminal do Barreiro, ficando

esta empresa sem os quadros suficientes para movimentar um único navio, obrigando ao desvio das cargas para o Poço do Bispo. O que comprova mais uma vez que é inconcebível o afastamento dos 149 estivadores da A-ETPL.

Independentemente das declarações do Ministro do Ambiente e da Acção Climática, afirmando que o «terminal possui pórticos para detecção de radiação», várias questões têm que ser colocadas sobre esta situação.

Tendo em conta a situação acima descrita, e ao abrigo da alínea d) do artigo 156.º da Constituição e nos termos e para os efeitos do artigo 229.º do Regimento da Assembleia da República, solicitamos ao Governo os seguintes esclarecimentos:

1. De que forma os pórticos de detecção do terminal do Poço do Bispo estão preparados para este tipo de carga, com um tipo específico de radiações, e cuja descarga não era anteriormente aí feita?
2. Tem o Governo conhecimento das consequências visíveis, nomeadamente a onda de poeira que cobriu a zona ribeirinha, depois da descarga do primeiro navio com este tipo de carga? Quais as consequências que considera que estas têm para as populações envolventes?
3. Como explica o Governo a conviência com todo o processo de insolvência fraudulenta da A-ETPL e tentativa de despedimento de 149 estivadores, quando na prática se verificam este tipo de situações no Porto de Lisboa como consequência da falta de estivadores?
4. Conhece o Governo se, perante o perigo destas cargas, os trabalhadores que a descarregam têm todo o material de protecção devido?

Palácio de São Bento, 8 de maio de 2020

Deputado(a)s

ALMA RIVERA(PCP)

DUARTE ALVES(PCP)

BRUNO DIAS(PCP)